The limits of theory in the face of literary art: a humanist perspective

EDUARDO CESAR MAIA

ABSTRACT

In keeping with the perspective of philosophers such as Ernesto Grassi and Francisco José Martín, and literature theorists such as Antoine Compagnon, Richard Freadman, and Seumas Miller, among others, I consider the humanist tradition, whether in philosophy or literary criticism, to be the expiatory goat of the scientist, rationalist, positivist mentalities and the most diverse forms of ideological radicalism coming from the main currents of literary theory that developed in the last century and which influence us to this day. I will show in the development of this essay that, although it has been stigmatized by efficient defamation work carried out by various detractors, the humanist perspective to which I refer, as long as it is reevaluated and adapted to the present conditions and demands, can be an alternative path, or at least a complementary one, to the radical specialization of literary studies, offering valuable suggestions for the exercise of journalistic criticism, and also critically dialoguing with the academic discipline of Literary Theory.

WORK TYPE

Article

ARTICLE HISTORY

Received:
31–May–2019
Accepted:
31–October–2019

Published Online:
30– September–2019

ARTICLE LANGUAGE

Portuguese

KEYWORDS

Humanism
Literary Theory
Literary Criticism

© Studia Humanitatis – Universidad de Salamanca 2019

E. C. Maia (✉)
Universidade Federal de Pernambuco, Brazil
e-mail: eduardocesarmaia@gmail.com

Disputatio. Philosophical Research Bulletin
Vol. 8, No. 10, Sept. 2019, pp. 0-00
ISSN: 2254-0601 | www.disputatio.eu

© The author(s) 2019. This work, published by Disputatio [www.disputatio.eu], is an Open Access article distributed under the terms of the *Creative Commons License* [BY–NC–ND]. The copy, distribution and public communication of this work will be according to the copyright notice (https://disputatio.eu/info/copyright/). For inquiries and permissions, please email: (✉) boletin@disputatio.eu.

Os limites da teoria diante da arte literária: uma perspectiva humanista

EDUARDO CESAR MAIA

A NOÇÃO *PLURALISTA* DE CRÍTICA LITERÁRIA que apresentarei a seguir parte do reconhecimento inicial de que a crítica não tem —nem nunca teve, apesar de certas pretensões de alguns teóricos da literatura e do caráter prescritivo de algumas teorias—uma única função ou objetivo último, e que a própria definição unívoca de crítica é problemática porque a «natureza» e o sentido de um texto crítico estão diretamente ligados não ao que determina uma teoria *x* ou *y*, mas aos seus *usos* contingentes e particulares. A crítica, portanto, é uma nomenclatura aplicada a procedimentos bastante diversos e, por vezes, contraditórios em seus desígnios. Historicamente, em função, por um lado, das demandas dos meios públicos de divulgação desse gênero textual (revistas e jornais que divulgam esse tipo de texto para o grande público) e, por outro, dos modismos intelectuais e das influências filosóficas e acadêmicas de cada época, a atividade do crítico é considerada de forma particular e assume pressupostos e objetivos diferentes.

Qualquer definição essencialista ou dogmática de crítica literária não leva em consideração o fato incontornável de que a crítica, antes do que uma teoria, *é uma prática* e, como todas as atividades humanas, desenvolve-se numa dinâmica histórica de acordo com necessidades e demandas circunstanciais e contingentes. A crítica, como a própria literatura, *não é*, mas *se faz*. Quer dizer, a partir desse ponto de vista, a questão da crítica se apresenta não como uma problemática abstrata, uma busca obsessiva por definições *últimas*, baseada em disjunções teóricas, mas como uma série de práticas reais, com seus objetivos específicos. Há demasiadas classes diferentes de crítica, com finalidades completamente distintas, para que exista a possibilidade de se construir uma teoria geral e última, que dê conta de todas elas de forma satisfatória. E se existem diferentes classes de crítica é porque há demandas diversas —necessidades humanas distintas— relacionadas com o trabalho crítico. Uma simples observação de um fato bastante evidente pode esclarecer a questão. Note-se, por exemplo, a fundamental diferença existente entre os objetivos e

métodos de um crítico acadêmico que escreve uma dissertação; de um resenhista de livros que trabalha com os limites de tempo e espaço do jornalismo contemporâneo; de um blogueiro que deixa suas impressões sobre os livros que lê em sua página pessoal na internet; de um ensaísta que publica em revistas especializadas ou de um crítico de jornal que possui uma coluna semanal —todos eles obedecem a diferentes impulsos, e cumprem papéis distintos, têm objetivos particulares e estabelecem uma relação própria com os textos literários.

O pluralismo, portanto, não é nada mais do que uma constatação —não se trata de norma ou prescrição. Agora, o que para mim é importante é discutir sob quais formas a crítica literária e cultural pode assumir funções relevantes no debate público de ideias. Por isso endosso a importância de entender o real alcance da velha (e plural) tradição humanista e repensá-la para nosso tempo. Mas reconheço: o debate público sobre a pertinência, a classificação e o valor de uma obra de arte literária —aquilo que, de maneira geral, denominamos *crítica*— nunca foi nem será um espaço de consenso.

§ 1. Pretensões teóricas: uma ciência da literatura?

De forma especial no século XX, um tipo de discussão conceitual preocupada em definir claramente o âmbito próprio da crítica e da teoria literárias (seus métodos, sua linguagem própria, seus objetivos, etc.) tomou proporções mais gerais devido à estreita relação que se estabeleceu entre a nova e inovadora teoria literária e algumas correntes linguísticas, filosóficas, sociológicas e psicanalíticas que dominavam o ambiente acadêmico, principalmente em países como Rússia, França, Inglaterra e Estados Unidos.[1] Dessa relação —e de forma diferente em cada caso— nasceu a pretensão de se criar uma *ciência da literatura*, dotada de metodologia rigorosa e de terminologia conceitual nova, comparável a das chamadas *ciências naturais ou exatas*,[2] o que acabou por estigmatizar as formas de crítica tradicionais —entre elas a tradição crítica humanista— que

[1] Para um panorama geral das principais correntes de teoria e crítica literária do século XX, ver: R. Selden (ed.), *Historia de la crítica literaria del siglo XX: del formalismo al Postestructuralismo*. Madrid, Akal, 2010; Willian K. Winsatt e Cleanth Brooks: *Crítica literária, Breve história*. Fundação Calouste Gulbekian, Lisboa, 1970; T. Eagleton: *Literary Theory: An Introduction*. Oxford, Blackwell, 1996; David V. Piquer: *Historia de la crítica literaria*. Barcelona, Ariel, 2008; e R. Wellek: *História da crítica moderna*. São Paulo, Herder, 1967/1972, 5 v.

[2] A promessa de uma crítica científica e totalmente *objetiva* se assentou basicamente em dois grandes equívocos: uma compreensão parcial e restritiva dos objetivos da prática crítica e uma visão muitas vezes ilusória do que é a ciência.

eram realizadas antes da ascensão do que pode ser caracterizado, no âmbito dos estudos literários, como *Era da Teoria*, conforme propuseram, por exemplo, Terry Eagleton, em *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o Pós-modernismo* (2005), e Raman Selden, em *Historia de la crítica literaria del siglo XX* (2010).

Existe uma semelhança interessante e significativa entre as aspirações universalistas e objetivistas da filosofia racionalista tradicional e certas proposições advindas das principais correntes de teoria literária que se desenvolveram no século passado, principalmente no sentido de que ambas assumiam o objetivo de serem discursos *fundamentadores*. Enquanto a filosofia racionalista buscava abandonar a esfera do meramente sensível, do transitório e contingente e chegar à palavra definitiva —ao conhecimento epistemológico da realidade em sua essência, substituindo a opinião pelo conhecimento racionalmente fundamentado—, as primeiras grandes correntes da teoria literária pretendiam funcionar como metodologias *metacríticas*, quer dizer, tentavam ser uma espécie de fundamentação e servir como legitimação intelectual da crítica e do conhecimento literários. Para Antoine Compagnon, «A teoria contrasta com a prática dos estudos literários, isto é, a crítica e a história literárias, e analisa essas práticas, descreve-as, torna explícitos seus pressupostos —enfim, uma crítica da crítica, ou metacrítica» (Compagnon, 1999, pág. 17).

Tal concepção —de *teoria como metacrítica*—pode levar a excessos perigosos: é como se houvesse um lugar superior de onde o teórico pudesse avaliar de forma isenta as manifestações críticas singulares e concretas, funcionando como uma espécie de *tribunal da razão crítica*. É justamente nessa pretensão que acreditamos se encontrar a primeira importante divergência entre a filosofia racionalista tradicional (e algumas correntes de teoria literária em seu encalço) e a tradição intelectual humanista. Ainda segundo Compagnon, o fim do humanismo na crítica literária teria ocorrido exatamente no momento em que *a teoria literária se arvorou a ser crítica literária* (*Op. cit.*, pág. 17), e acabou muitas vezes tomando seu espaço e negando sua legitimidade.

Não é objetivo deste ensaio uma análise crítica detalhada de cada uma dessas correntes teóricas ou de seus representantes; e nem, por outro lado, desconsiderar a importância e os enormes ganhos advindos do desenvolvimento das diversas correntes da teoria da literatura para os estudos literários e para o âmbito das ciências humanas. A intenção aqui é simplesmente, a partir da apresentação de exemplos esparsos que me parecem relevantes, refletir sobre alguns momentos em que a tendência de radicalização dogmática do discurso teórico gerou um fenômeno que poderíamos chamar de «desumanização da

crítica»: ou seja, um confronto direto e, muitas vezes, deliberado e consciente com a tradição e os valores do humanismo.

§ 2. A «Era da Teoria» e as tendências anti-humanistas: crise das concepções tradicionais de crítica literária

> «A ciência das terminologias exóticas e dos sistemas fechados envolve sempre uma pedanteria inútil ou uma mistificação consciente. Ou um sentimento de ostentação ou de fraqueza».
>
> Álvaro Lins, *Jornal de crítica*, 2ª série.

De forma preliminar e esquemática, pode-se dizer que a teoria literária têm incorrido, em seus momentos de maior radicalização, nas seguintes tendências dogmáticas anti-humanistas: monismo crítico e obsessão metodológica; exclusivismo formalista; negação da perspectiva individual (seja do autor ou do crítico); aceitação acrítica de *partis pris* ideológicos de várias espécies, o que se traduz na politização extrema e na atual influência das visões *politicamente corretas* nos estudos literários; pretensão cientificista mal orientada; negação da tradição literária e de seus valores (relativismo axiológico radical); e autotelismo dos discursos teóricos e dos debates acadêmicos. Todas essas tendências, evidentemente, podem aparecer juntas ou separadas em uma mesma abordagem teórica; assim, cada teoria literária pode conter um ou mais de um desses elementos (ou, claro está, pode não conter nenhum deles), afastando-se ou aproximando-se da perspectiva humanista em cada caso. Neste tópico, apresentarei antagonismos importantes e mostrarei certas analogias que podem ser vislumbradas entre a tradição dos estudos literários de raiz humanista e os diversos projetos teóricos que tiveram relevo intelectual (principalmente acadêmico) no século passado e neste começo de século XXI.[3] A partir do que foi discutido até agora neste estudo, ensaiarei uma defesa, ainda que *preliminar* e *incipiente*, da pertinência e relevância de certas características ou aspectos do humanismo para o pensamento literário contemporâneo.

[3] Para uma visão geral e mais detalhada sobre a tendência anti-humanista da teoria literária no século XX, ver Richard Freadman e Seumas Miller: *Re-pensando a teoria*. São Paulo, Unesp, 1994; Antoine Compagnon: *O Demônio da teoria*. Belo Horizonte, UFMG, 1999; e J. L. Alborg: *Sobre crítica y críticos*, Madrid, Gredos, 1991.

Os primeiros grandes projetos de ruptura com o discurso da crítica literária tradicional, ou seja, as linhas principais de ascendência do que viria a ser o discurso teórico que predominaria durante boa parte do século XX, começaram pela revalorização e reinterpretação do *Curso de linguística geral*, de Ferdinand Saussure e pela difusão do Formalismo Russo e do Estruturalismo da Escola de Praga. As diversas correntes teóricas, desde o já citado Formalismo Russo, passando pelo *New Criticism*, os diversos Estruturalismos, a Semiótica, a Fenomenologia, a Teoria da Recepção, o Pós-estruturalismo e, dentro deste, o projeto ou estratégia Desconstrucionista, marcaram o ambiente intelectual das Humanidades no século passado e algumas delas continuam exercendo influência no pensamento literário até nossos dias.

As primeiras correntes mencionadas, inspiradas (e muitas vezes fundamentadas) pelo desenvolvimento exitoso no seio das *ciências humanas* de grandes e pretensiosas teorias gerais, como a Linguística (pós) Saussureana, a Teoria Psicanalítica e o Marxismo, propuseram-se a estabelecer um novo paradigma para a crítica literária baseado num rigor metodológico e terminológico que garantiriam, segundo esses mesmo teóricos, interpretações mais *objetivas* e *científicas* do que aquelas proporcionadas pela crítica tradicional, considerada por eles como simples *impressionismo* carente de métodos válidos. Para esses teóricos, o *diletantismo* e *amadorismo* pré-teórico da crítica humanista deveria ser suplantado por novas metodologias analíticas especializadas e através da construção de um vocabulário teórico renovado:

> Palavras como «sentimento», «intuição», «vida», «tradição», «unidade orgânica» ou «sensibilidade» não são —não mais—os termos predominantes dentro do discurso da crítica literária. O discurso humanístico dominante abriu um novo caminho para as linguagens próprias do formalismo, do estruturalismo e da fenomenologia (Selden, 2010, pág. 9).

Uma característica comum a várias dessas correntes teóricas era, portanto, a propensão ao abandono do vocabulário comum da crítica tradicional (muito próxima da linguagem corrente) em troca do uso de uma terminologia especializada que caracterizasse uma linguagem propriamente científica, e que ultrapassasse o uso linguístico contingente e histórico da *velha* crítica humanista. Essa oposição à linguagem da crítica literária tradicional, entre os formalistas russos, por exemplo, era algo programático:

> Los jóvenes formalistas querían que sus ideas, sus métodos y su terminología contrastaran notoriamente con la tradición crítica que les precedía y dominaba aún el panorama de los

> estudios literarios en Rusia. Jakobson, por ejemplo, se burlaba de los métodos de aproximación a los textos que imperaban en ese momento comparando al crítico tradicional con un policía que, para detener al delincuente (la esencia de la obra), lo que hace es detener a todos los que en ese momento pasan por la calle (factores extrínsecos a la obra) (Piquer, 2008, pág. 355).

Defensor de certo *equilíbrio* de poderes e de prudência nas relações entre a crítica e a teoria literárias, Antoine Compagnon adverte que «em teoria passa-se muito tempo tentando apagar termos de uso corrente: *literatura*, *autor*, *intenção*, *sentido*, *interpretação* etc.», com o intuito de invalidar em bloco tudo o que foi pensado anteriormente; contudo, o que parece sempre acontecer —quando a teoria se afasta demais do senso comum e das demandas humanas concretas—é um retorno da velha linguagem, pois as mesmas «velhas noções retornam intocadas» (Compagnon, 1999, pág. 17).

Richard Friedman e Seumas Miller, em *Re-pensando a teoria: uma crítica da teoria literária contemporânea*, alertam os críticos contemporâneos no sentido de não assumirem e reproduzirem o vício acadêmico de classificar uma obra como «teórica» somente pelo fato da utilização de jargões aceitos na academia (*Op. cit.*, 1994). Para os autores, críticos humanistas e tradicionais como Samuel Johnson, Matthew Arnold ou Lionel Trilling desenvolveram suas próprias teorias e metodologias críticas de forma bastante rigorosa, sem a necessidade de distanciar radicalmente seus vocabulários da linguagem comum. Cabe aqui uma analogia entre essa tendência —presente em diversas correntes de teoria literária—de busca por um vocabulário técnico especial (muitas vezes esotérico e deliberadamente hermético) e as pretensões da filosofia racionalista tradicional no sentido do empenho em encontrar uma linguagem perfeita, que represente fielmente —como um espelho—a realidade. Ambas as tendências —da teoria literária e da filosofia racionalista—, cada uma a sua maneira, pressupõem um afastamento do ideal humanista da busca do conhecimento através do *diálogo entre os indivíduos*. Assim, a crítica literária pensada como *ação humana* —com finalidades próximas e atentas às demandas da vida comum—é a que se aproxima da proposta *edificante* da tradição humanista, que diverge frontalmente da tendência teórica ao *monólogo intelectual* afastado da experiência existencial concreta. De fato, a teoria literária muitas vezes pareceu querer estar acima das contingências e das perspectivas, tentando propor uma visão *sub specie aeternitatis*, emulando as pretensões da filosofia racionalista as que aludi anteriormente.

Em particular, a crítica de inspiração estruturalista se caracterizou pelo uso excessivo de jargões e por transportar termos de diferentes campos da ciência

para o uso literário. Para Selden, «A tradição estruturalista demonstrou mais resistência ante a identificação com o humanismo do que qualquer outra; é um «anti-humanismo» teorético que assinala uma verdadeira ruptura com a era da crítica» (*Op. cit.*, pág. 9). O autor, portanto, considera que correntes teóricas precedentes, como o Formalismo Russo e o New Criticism, forneceram os subsídios para o advento da Era Teórica dos estudos literários[4], mas o Estruturalismo é que marcaria a verdadeira e radical ruptura com a Era da Crítica. Claro que essas generalizações acadêmicas não significam que não houve resistência em vários âmbitos ao discurso da teoria literária. No Brasil, por exemplo, em um texto conhecido e bastante polêmico, José Guilherme Merquior pôs em ridículo alguns autores canônicos da «*seita*» estruturalista («São Greimas, São Todorov, São Genette *et caterva*») e desancou a apropriação tupiniquim do método estrutural:

> Graças ao «estruturalismo» no seio das humanidades estrepitosamente tornadas «científicas», vinga e prospera o mais franco terrorismo terminológico. A seu lado, todavia, pontifica um não menor «terrorismo metodológico» (Starobinski); a nova crítica, por exemplo, se alimenta do mito do Modelo mecanicamente aplicável (Merquior, 1975, pág. 8).

No poema «Exorcismo», publicado pela primeira vez em 1974 no Jornal do Brasil, o poeta Carlos Drummond de Andrade, no auge da onda estruturalista nos departamentos de Teoria da Literatura das principais universidades brasileiras, também demonstrou sua, digamos, *impaciência*, com os tecnicismos metodológicos e com o vocabulário, no mínimo, exótico dos teóricos da moda:

> *Das relações entre topos e macrotopos*
>
> *Do elemento suprassegmental*
>
> Libera nos, Domine
>
> *Da semia*

[4] Segundo esse teórico e historiador da crítica literária, «O anti-humanismo radical do estruturalismo francês não deriva diretamente de Saussure, posto que os formalistas e os estruturalistas checos já haviam eliminado o sujeito humanista da agenda de prioridades da poética literária. De fato, mesmo a teoria de T. S. Eliot sobre a tradição e o talento individual reduz a escritura do sujeito a um mero catalisador no processo da produção textual. Sem embargo, uma autêntica posição anti-humanista não terá lugar até o auge do estruturalismo francês e da *nouvelle critique*. Esta "ausência de sujeito" se impõe na França, com vontade metodológica sobre o pensamento estruturalista em todos os seus âmbitos (como podem ser os da filosofia, da antropologia, da narratologia), evidenciando-se, ao mesmo tempo, como seu terreno próprio o do *nouveau roman*» (Selden, 2010, págs. 13-14).

Do sema, do semema, do semantema

Do lexema

Do classema, do mema, do sentema

Libera nos, Domine

Da estruturação semêmica,

Do idioleto e da pancronia científica,

Da realibilidade dos testes psicolinguísticos,

Da análise computacional da estruturação silábica dos falares regionais,

Libera nos, Domine.

Do vocóide,

Do vocóide nasal puro ou sem fechamento consonantal,

Do vocóide baixo e do semivocóide homorgâmico,

Libera nos, Domine.

Da leitura sintagmática,

Da leitura paradigmática do enunciado

Da linguagem fática,

Da fatividade e da não-fatividade na oração principal,

Libera nos, Domine.

Da organização categorial da língua,

Da principalidade da língua no conjunto dos sistemas semiológicos,

Da concretez das unidades no estatuto que dialetaliza a língua,

Da ortolinguagem,

Libera nos, Domine.

Do programa epistemológico da obra,

Do corte epistemológico e do corte dialógico,

Do substrato acústico do culminador,

Dos sistemas genitivamente afins,

Libera nos, Domine.

Da camada imagética

Do estado heterotópico

Do glide vocálico

Libera nos, Domine.

Da linguística frástica e transfrástica,

Do signo cinésico, do signo icônico e do signo gestual

Da clitização pronomial obrigatória

Da glossemática,

Libera nos, Domine.

Da estrutura exossemântica da linguagem musical
Da totalidade sincrética do emissor,
Da linguística gerativo-transformacional
Do movimento transformacionalista,
Libera nos, Domine.
Das aparições de Chomsky, de Mehler, de Perchomock
De Saussure, Cassirer, Troubetzkoy, Althusser
De Zolkiewsky, Jakobson, Barthes, Derrida, Todorov
De Greimas, Fodor, Chao, Lacan et caterva
Libera nos, Domine[5]

A crítica do poeta mineiro atinge, como se vê, os principais teóricos da época, que já então eram considerados verdadeiros gurus pelos professores universitários brasileiros. O poema de Drummond surge em meio a uma intensa querela intelectual que ficou conhecida como «polêmica da teoria», ou «polêmica do estruturalismo», na qual participaram, além de escritores, críticos e teóricos como José Guilherme Merquior, Luiz Costa Lima, Carlos Nelson Coutinho, entre outros.[6]

Não se pense, contudo, que a obscuridade deliberada e a excentricidade vocabular são características exclusivas de teorias formalistas e estruturalistas que já ficaram para trás, e muito menos que essa é uma problemática superada no âmbito das humanidades. Nesse sentido, basta mencionar os principais nomes da tradição pós-estruturalista, especialmente na França, que exercem enorme influência até hoje na linguagem acadêmica em geral, principalmente nos departamentos de Letras; e, particularmente, o famoso e polêmico episódio conhecido como Caso Sokal, ocorrido em 1996.[7]

5 Andrade, C. D. Exorcismo. Em C. D. Andrade, *Poesia e prosa (volume único)* (pág. 793). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.

6 O ensaio acadêmico de Regina Lúcia de Faria, intitulado «A polêmica do Estruturalismo ou "Quem tem medo de teoria?"», aborda esse tema com detalhamento e aprofundamento crítico. O texto está disponível em: http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/041/Regina_Faria.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2016.

7 O Caso Sokal teve origem numa espécie de «pegadinha» acadêmica realizada pelo físico americano Alan Sokal para expor a falta de rigor da equipe editorial da importante revista acadêmica Social Text, de tendência «pós-moderna» e voltada para as ciências humanas. Sokal enviou um texto pseudocientífico intitulado «Transgressing the Boundaries: Towards a Transformative Hermeneutics of Quantum Gravity» (A transgressão das fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravidade quântica), tentando comprovar que a revista publicaria qualquer texto repleto de disparates desde que se adequasse à linguagem hermética, críptica e cheia de jargões pseudocientíficos e que

Além da construção de uma linguagem própria e especializada, outro atributo marcante das propostas teóricas a que nos referimos foi, justamente, a valorização de metodologias críticas rígidas —em oposição direta ao elemento *impressionista* e *personalista* da crítica tradicional (ou a qualquer manifestação da perspectiva individual no ato crítico). Subordinava-se, desta maneira, o crítico ao método, ou melhor, a uma aplicação quase mecânica das metodologias estabelecidas. Prescindia-se também, pois, da erudição literária, tão cara aos críticos humanistas, no sentido da valorização de um conhecimento amplo da história da literatura, da tradição e do cânone literários; e, por outro lado, a teoria dispensava ainda qualquer aproximação «intuitiva e ametódica» (Todorov, 1980, pág. 12), por parte do crítico. Enfim, o afã cientificista demandava uma atitude extremista de ruptura com as metodologias e pressuposições da crítica tradicional:

> A história nos pedia um verdadeiro *pathos* revolucionário, teses categóricas, ironias sem piedade [...]. O que importava era opor os princípios estéticos subjetivos que inspiravam os simbolistas em suas obras teóricas contra nossa exigência de uma atitude científica e objetiva vinculada aos fatos (Eichenbaum, 1980, pág. 25)

O teórico russo Roman Jakobson (1896-1982), por exemplo, em 1929, resumia assim os objetivos e o *modus operandi* do estruturalismo checo:

> Qualquer conjunto de fenômenos analisado pela ciência contemporânea é abordado, não como uma mecânica de elementos dispersos, mas como um todo estrutural, em que sua tarefa fundamental é revelar as leis internas, sejam estáticas ou em desenvolvimento, do sistema que formam (Jakobson apud Selden, 2010, pág. 14).

O papel e influência que a linguística (pós) saussureana exerceu no desenvolvimento das teorias literárias e, particularmente, no Estruturalismo, relacionam-se diretamente com a pretensão de objetividade e de cientificidade metodológica a que venho aludindo: Saussure havia proposto que o estudo científico da Linguística deveria se ocupar somente da *Langue* (língua), e prescindir completamente da *Parole* (a fala, ou seja, a manifestação particular desse sistema no ato real e concreto de comunicação). A *Langue* era a linguagem considerada somente de forma abstrata, em sua organização interna, como um sistema de signos. A partir dessa orientação, a teoria da literatura só

apoiasse os preconceitos ideológicos dos editores. O artigo de fato foi publicado e gerou uma polêmica que repercute até hoje.

podia ser pensada como uma teoria sistêmica e analítica se entendida exclusivamente como uma *teoria linguística* da literatura; ou seja, era preciso compreender um aspecto da literatura (o linguístico) na forma de um grande sistema, e abdicar de outros aspectos da realidade literária para lograr a tão almejada *cientificidade*. No prefácio a *Crítica literária: breve história*, de Willian K. Winsatt e Cleanth Brooks, significativamente intitulado «Da metamorfose da crítica ou o crepúsculo do humanismo», o ensaísta português Eduardo Lourenço, no ano de 1970, advertia que

> esta inscrição da realidade literária na realidade linguística assegura à Crítica um estatuto científico, operatório, que a compreensão tradicional, mormente a de tradição romântica, não facilitava. A questão é a de saber se essa nova espécie de «redução», sumamente esclarecedora, da realidade literária à textualidade, e desta a estruturalidade, torna, enfim, a Literatura transparente a si mesma ou se a não dissolve tomando como substancial (o texto) o que só o é pelo investimento de algo não-textual. É bem possível que os Jakobson, os Todorov, os Barthes esqueçam simplesmente um pequena coisa [...]. Com efeito, os novos ateus do facto literário parecem esquecer que a reversão da realidade literária na Linguística, sob o pretexto óbvio de que a literatura é, antes de tudo, fenômeno linguístico, falha por princípio essa realidade que não tem sentido algum fora desse investimento valorativo de difícil ou impossível justificação através do qual subtraímos uma certa realidade linguística (e não toda realidade linguística) à sua função puramente comunicante (*Op. cit.*, pág.: XIII).

O crítico português, percebendo que a nova crítica estava assumindo uma atitude de *submissão voluntária* aos estudos linguísticos, defendia o ponto de vista humanista de que talvez a literatura, entendida como *realidade artística*, só tem sentido —ou só adquire sua verdadeira estatura—, exatamente na superação das considerações puramente linguísticas e formais, justamente devido à incontornável dimensão experiencial, valorativa e circunstancial do fenômeno literário. Lourenço conclui suas reflexões críticas manifestando o desejo de que, no futuro, a moda linguística que dominava a crítica de seu tempo se revertesse; e propunha, no lugar da concepção hipostasiada e idealista da Linguagem, que fazia do homem uma espécie de títere,

> inverter a fórmula e regressar a concepções mais clássicas e sem dúvida mais verdadeiras: a Linguagem é o homem esforçando-se por se falar e não uma Palavra falante hipostasiada de que o Homem seria menos o mediador que o eco sempre atrasado e fracassado. [...]. É mesmo possível que um dia se prefira de novo a «ilusão humanística» que garantia um sentido à Literatura, ao Crepúsculo em que agora entramos (*Op. cit.*, pág.: XV).

A abordagem linguística da crítica literária, considerada científica na medida em que se enclausurava dentro dos muros de suas próprias normativas disciplinares, ao se limitar à abordagem estrutural, isolou e depurou a linguagem de sua dimensão social, desvirtuando profundamente o fenômeno linguístico. José Ortega y Gasset, em curso que ministrou entre os anos de 1949 e 1950, intitulado *El hombre y la gente*, advertia que

> La lingüística tuvo que comenzar por aislar en el lenguaje real ese su lado esquelético y abstracto. Merced a ello pudo elaborar la gramática y el vocabulario, cosa que ha hecho a fondo y con perfección admirable. Mas, apenas logrado esto, vieron los lingüistas que con ello no se había hecho sino comenzar, porque el efectivo hablar y escribir es casi una constante contradicción de lo que enseña la gramática y define el diccionario, hasta el punto de que casi podría decirse que el habla consiste en faltar a la gramática y exorbitar el diccionario (Ortega y Gasset, 2010, Tomo X, págs. 302-303).

A aplicação esquemática dos estudos linguísticos à crítica literária não levava em consideração o fato de que o âmbito do literário é aquele em que nos deparamos com a *linguagem viva*, criando-se: propondo e destruindo significados.

Como uma teoria da literatura que se pretendia *geral* só dava conta de um dos seus aspectos isoladamente? Obviamente, essa abordagem trouxe descobrimentos, perspectivas novas e análises pertinentes; mas não se tratava, na verdade, de uma Teoria da Literatura, senão de uma *Teoria Linguística da Literatura*, assim como podemos nos referir a uma teoria psicanalista ou marxista da literatura; mas com a reserva de que elas só são compreensíveis dentro de seu próprio sistema e não observam tudo, só a parte que as interessa. São só perspectivas, portanto, mas acreditavam-se verdades universais.

As correntes fenomenológicas e hermenêuticas de teoria literária, em suas bases filosóficas, por sua vez, conformam uma visão teórica à parte para os propósitos críticos deste estudo, justamente por conservarem, em parte, valores essenciais à tradição humanista. Apesar de ambas partirem da contribuição fundamental da filosofia da existência heideggeriana, que, como se nota fundamentalmente na famosa *Carta sobre o humanismo*, polemizou e estabeleceu um confronto direto com o humanismo filosófico (pelo menos em parte), acabaram sendo, na prática, uns dos últimos redutos teóricos que referendaram certos aspectos da tradição humanista, principalmente pelo fato de que, diferentemente do Estruturalismo (que entendia a linguagem como um sistema), compreendiam que o fenômeno linguístico só poderia ser entendido a partir da consideração concreta de uma situação existencial, da valorização da

perspectiva humana *individual*. Influenciada diretamente pela hermenêutica gadameriana, a Teoria da Recepção, por exemplo, de Robert Jauss e Wolfgang Iser (*Teoria do Efeito Estético*), baseia-se fundamentalmente na experiência humana do leitor. Sob a influência da fenomenologia de Roman Ingarden, esses teóricos falavam da «concretização» da leitura por parte do leitor: para eles, a obra de arte só adquire existência *entre* o sujeito e o objeto —um tipo de existência, portanto, *virtual*.

§ 3. A crise do sujeito e a desvalorização da perspectiva individual

Um aspecto anti-humanista fundamental fortemente presente em diversas teorias e correntes filosóficas pós-modernas se revela na crise das noções de sujeito e indivíduo, principalmente no âmbito das criações artísticas. A concepção humanista de arte como forma de *recriação* individual, como formação pessoal (*Bildung*), enfim, como construção e aprimoramento do homem, foi colocada em descrédito tanto por questões teóricas como por considerações de ordem ideológica (na maioria das vezes, as duas coisas juntas). Nesse sentido, a concepção de «individualidade criadora» foi combatida por diversas correntes teóricas, baseadas na ideia de que fazer referência à *autoria* geraria um fator de insegurança teórica para uma crítica que se pretendia *científica*. A concepção de *autor como criador*, fundamental para a crítica humanista tradicional, passa a ser vista como um mero *construto linguístico e ideológico* de uma sociedade burguesa decadente, e qualquer manifestação da individualidade é encarada como uma potencial ação tirânica e arbitrária, seja na arte, na literatura ou mesmo na crítica literária.

Nesse sentido, as concepções teóricas a respeito da linguagem e da literatura do crítico e pensador Roland Barthes (1915-1980) e do teórico social e filósofo Michel Foucault (1926-1984), ambos franceses, são basilares para a compreensão daquilo que ficou conhecido no âmbito teórico como *morte do autor* —assunto que despertou intensa controvérsia e desacordo entre diversos teóricos nas discussões a respeito de temas como a *intencionalidade* e o papel desempenhado pelo autor para determinar a interpretação da obra literária.[8] Com Barthes, por exemplo, como antes com Heidegger, há algo de problemático na descrição do fenômeno *totalizante* homem-linguagem-mundo.

[8] Para uma melhor compreensão da proposta teóricas desses autores em relação ao tema, ver: Barthes, Roland. «La muerte del autor», in: *El susurro del lenguaje*, Barcelona, Paidós, 1984. E Foucault, Michel. «Qué es un autor? Entre filosofía y literatura», in: *Obras esenciales I*. Barcelona: Paidós, 1999.

Ainda que sua direção geral possa parecer correta, ao assinalar a totalidade do fenômeno linguístico em relação ao mundo humano, parece-me que o crítico francês, frequentemente, cai em uma espécie de exaltação hipostática que torna a criar um novo tipo de essencialismo metafísico.[9] Esses pensadores têm razão quando afirmam que nenhum homem (e nenhuma forma de conhecimento) pode ser independente da linguagem, mas exacerbam tanto essa noção, que terminam praticamente imaginando uma linguagem independente dos homens concretos, dos indivíduos. Seus relatos filosóficos muitas vezes dão margem à compreensão da linguagem como uma nova deidade, que vive e existe por cima dos homens, dotada de vontade própria. A visão foucaultiana de linguagem e da própria noção de sujeito como manifestação da ideologia[10] —compartilhada por Barthes—baseia-se justamente na mesma radicalização conceitual.

A leitura desses autores, invariavelmente deixa a impressão de que a linguagem (entendida como sistema autossuficiente ou mera manifestação da Ideologia) possui algo como uma *vida própria*, e que um homem (qualquer homem) não é senão um veículo temporal para que a linguagem se expresse por meio dele. Sob certa perspectiva, a ideia é correta, pois a linguagem efetivamente é um todo orgânico que sobrepassa qualquer homem individual; mas, por outro lado, é uma descrição absurda se não for matizada, pois a linguagem não é senão a dimensão da expressão social da vida desses mesmos homens individuais, e sem eles, não há linguagem. Acreditar, portanto, na autorreferencialidade absoluta é acreditar na autossuficiência da linguagem —o que configura uma aporia idealista evidente.

Para Barthes e Foucault, o uso pragmático da linguagem está contaminado e completamente dominado pela ideologia e a experiência direta (sensorial, por exemplo) já não pode realizar mudanças significativas no sistema linguístico: a linguagem é considerada um sistema da ideologia que só muda aparentemente para permanecer igual.[11] Está pressuposto, assim, que a realidade é uma

9 No caso de Heidegger, essa «exaltação» se mostra em seus excessos líricos e na obscuridade de sua prosa filosófica.

10 «El hombre, la idea de hombre, ha funcionado en el siglo XIX, un poco como había funcionado la idea de Dios en los siglos precedentes. Se había creído, y se creía aún en el siglo pasado, que al hombre le sería insoportable la idea de que Dios no existía ("Si Dios no existiera, todo estaría perdido", se repetía), es decir, que espantaba la idea de una humanidad funcionando sin Dios, y por ello surgió el convencimiento de que convenía mantener la idea de Dios para que la humanidad continuara funcionando. Ahora usted me dice: quizás sea necesario que la idea de humanidad exista, aunque solamente sea un mito, para que la humanidad funcione. Quizás sí y quizás no. Igual que sucedió con la idea de Dios». (Foucault, 1969, pág. 90)

11 Barthes acredita que somos vítimas da ilusão referencial assim como somos vítimas da ideologia

convenção, um discurso previamente aceito; e que a linguagem é algo essencialmente inerte, já estabelecido e conformado, e não um fenômeno humano vital e pragmático, sujeito a modificações e inovações.

No âmbito dos estudos literários, essas concepções tiveram grande repercussão. Para o crítico Antoine Compagnon,

> O autor foi, claramente, o bode expiatório principal das diversas novas críticas, não somente porque simbolizava o humanismo e o individualismo que a Teoria Literária queria eliminar dos estudos literários, mas também porque sua problemática arrastava consigo todas as outras (Compagnon, 1999, pág. 50).

No momento em que Barthes escreveu seu famoso ensaio «A morte do autor», a ideia de intencionalidade autoral já havia sido relativizada e fragilizada por outros teóricos e filósofos, mas a importância capital desse texto está na radicalização da proposta teórica. O pensador francês se opõe franca e abertamente a uma série de ideias consagradas pela crítica literária tradicional. Em primeiro lugar, critica a concepção romântica de *inspiração criativa* e de literatura como confidencialismo, justamente porque é dessa noção que derivaria a ideia de que interpretar é encontrar o sentido que o autor pôs na obra, sobrando para o leitor simplesmente a possibilidade de encontrar (ou não) a forma verdadeira e única de ler, a que foi estabelecida por quem escreveu o texto. Para fundamentar sua objeção ao papel passivo do leitor estabelecido pela visão tradicional, Barthes utiliza o conceito de *Escritura*, que é «a destruição de toda voz, de toda origem» (Barthes, 1984, pág. 65). Essa perda da identidade individual se deve à capacidade neutralizante da *Escritura*, que seria uma espécie de tecido de citações e referências a inumeráveis centros da cultura. O autor seria simplesmente uma *localização* por onde fala a Linguagem, a qual se caracteriza pelos ecos, repetições, tautologias e intertextualidades. O teórico francês afirma, genealogicamente, que «o autor é um personagem moderno» (*Op. cit.* pág. 66), que surge juntamente com a ideia romântica de *gênio*, a qual estaria ligada diretamente ao prestígio que o *sujeito individual* teria adquirido depois da Idade Média, com o humanismo renascentista, com os valores racionalistas e empiristas da Ilustração e com a fé na pessoa humana recrudescida pela Reforma Protestante.

Contudo, para Barthes, herdeiro direto de valores e concepções marxistas numa época de intensas polarizações ideológicas, a influência fundamental

burguesa.

para a noção moderna de sujeito individual proviria da ideologia capitalista, que era justamente o inimigo a ser combatido. Para ele, portanto, qualquer manifestação da individualidade (construto burguês), é uma ação tirânica, e a autoridade do autor seria uma das representações máximas dessa tirania. Assim, a Linguagem —a Escritura—, impessoal e anônima, substitui o autor como princípio produtor e explicativo da literatura. Esse coquetel teórico, contaminado por uma série de apriorismos ideológicos, leva Barthes à negação completa do poder referencial da linguagem. Quer dizer, para ele a linguagem é um sistema autorreferente que não representa *o mundo*, senão somente *a si mesma*. Mas, é possível conceber uma linguagem autossuficiente? A radicalidade da proposição barthesiana o faz cair numa *armadilha* idealista ao pressupor a *prioridade ontológica da linguagem*; e o faz incorrer num contrassenso evidente, já que o homem tem desenvolvido historicamente a linguagem —que é algo vivo e dinâmico—para tratar de problemas que não pertencem exclusivamente ao âmbito da própria linguagem. Ainda que entendamos e aceitemos, com Wittgenstein, que *nossa linguagem é o limite de nosso mundo,* estaríamos numa posição distinta do radicalismo *ideológico* de Barthes em «A morte do autor».

Ainda segundo o ensaio, «o escritor se limita a imitar um gesto sempre anterior, nunca original» (*Op. cit.*, pág. 69); é um mero *rapsodo*, um coletor de fragmentos, um organizador de algo prévio: nunca um criador de algo novo, como na concepção crítica tradicional e humanista. Porém, abdicar completamente da figura do autor se faz muito difícil quando pensamos em figuras e instrumentos literários tradicionais como *estilo*, *ironia*, *sátira* ou *refinamento formal* —como compreendê-los sem relacioná-los à intencionalidade autoral? Parece-me improvável, por outro lado, que, ainda que se acredite na possibilidade da *morte do autor* como algo além de uma frase de efeito, possa-se crer de fato que uma obra literária pode ser simples produto do acaso ou da mera organização de algo que já *estava na linguagem*.

Por outro lado, o que aparece de mais interessante e atual na proposta de Barthes é a liberdade que ele concede ao ato interpretativo. Há uma infinidade de interpretações possíveis que não podem ser controladas por nenhuma autoridade última e o leitor assume um lugar privilegiado e ativo no processo hermenêutico. Em sua origem, pois, a ideia de Barthes é realmente instigante (a totalidade sistêmica e complexa que é a linguagem abarca uma rede de influências das que ninguém, por mais individualista e personalista que seja, pode se safar completamente); o problemático, no entanto, está no salto falaz —*non sequitur*—e na disjunção que ele estabelece a partir de sua premissa teórica, que o faz negar radicalmente a relevância das contribuições do autor e de suas intenções nos estudos literários. Da mesma forma, a retórica

anticapitalista que ele desenvolve a partir dos conceitos de *Ideologia* e *Escritura*, tampouco —e de nenhuma forma—pode ser inferida da premissa teórica sobre a linguagem como metassistema, e funciona simplesmente como uma declaração de princípios políticos-ideológicos (e não como uma argumentação intelectualmente consistente).

§ 4. Convergências e oposições: as abordagens teóricas contemporâneas

Atualmente, o Pós-estruturalismo (em particular em sua vertente *desconstrucionista*) e os Estudos Culturais —ambos fenômenos teóricos bastante plurais—mantêm a hegemonia acadêmica no âmbito dos estudos literários e chegaram a superar muitos dos problemas de suas teorias predecessoras, principalmente no sentido de que já não assumem as mesmas pretensões de chegar a definições essencialistas e universalistas sobre o que *é* ou *não é* «literário», e já não prometem critérios objetivistas e cientificistas para a interpretação das obras literárias. Mas essa reviravolta teórica não significou, necessariamente, uma revalorização de características humanistas nos estudos literários. É interessante observar, nesse sentido, a perspectiva de Terry Eagleton, em *The function of criticism*, a respeito dos inícios da onda desconstrucionista nas universidades de língua inglesa:

> A chegada da Desconstrução dava esperanças de uma certa resolução provisória dos problemas da crítica [...]. E é que, em uma manobra estrategicamente admirável, este movimento era ao mesmo tempo anticientificista e antissujeito, de maneira que constituía de certo modo uma posição ideal para aqueles que, desencantados com as pretensões metafísicas do alto Estruturalismo, continuavam apreciando seu anti-humanismo. Agora sim era possível renunciar ao humanismo liberal, ao humanismo radical e ao cientificismo numa só tacada (Eagleton, 1999, págs. 108-109).

Quer dizer, uma das correntes teóricas contemporâneas mais influentes, a Desconstrução, chega a conclusões teóricas muitas vezes opostas às das teorias anteriores, passando a negar, a partir de um relativismo extremo, a possibilidade de existência de quaisquer critérios: seja para validar uma interpretação literária ou para legitimar uma posição crítica.[12] Há, ainda, na estratégia desconstrucionista, uma forte recusa quanto à formulação de

[12] Veremos mais adiante, na segunda parte desta Tese, como o perspectivismo orteguiano se apresenta como uma alternativa à postura de radical relativismo.

qualquer discurso de valor *afirmativo*, o que põe em crise a atividade crítica em si mesma. Tal tendência própria do chamado *pós-modernismo* pode ser resumida na radical proposição do teórico desconstrucionista norte-americano J. Hillis Miller, de que qualquer juízo de valor (ético ou estético), «é sempre um posicionamento infundado, sempre injusto e injustificado» (Hillis Miller, 1986, pág. 28).

Em geral, como se viu, o que grande parte das correntes teóricas, desde o século passado até hoje, tem em comum é, efetivamente, a negação da tradição e do valor da crítica humanista como forma de conhecimento da literatura e da realidade.

Segundo Richard Freadman e Seumas Miller, são três, *grosso modo*, os paradigmas humanistas fundamentais criticados pela maior parte das teorias literárias contemporâneas: elas rechaçam a concepção de sujeito individual (o que se reflete no problema da *intencionalidade* autoral); negam o poder da linguagem (e, consequentemente, dos textos literários) de referenciar aspectos reais do mundo; e repudiam as críticas que se fundamentam em discursos valorativos, sejam morais ou estéticos. Os autores denominam tal classe de teoria —que tomou a hegemonia dos estudos literários acadêmicos desde meados do século passado—como «anti-humanista construtivista» (*Op. cit.*, págs. 15-16). Para eles, faz-se necessária uma revalorização e atualização da perspectiva humanista[13] dentro dos estudos literários acadêmicos.

De fato, parece que uma reavaliação crítica do período que denominamos, seguindo a outros autores, como *Era da Teoria*, sugere-nos, em primeiro lugar, que a crítica literária não se sustenta —não no que diz respeito à relevância e demanda pública—*exclusivamente* como disciplina especializada, sem estabelecer conexões com outras áreas do saber humanístico e científico. Portanto, o caráter integrador de uma concepção humanista de literatura e de crítica literária volta a estar na ordem do dia, tanto na academia como no jornalismo. Muito tempo antes das querelas entre teóricos e críticos humanistas, o filósofo e escritor vasco Miguel de Unamuno já pontificava:

> Literato que sólo de literatura se ocupa, poco de grande hará, porque la literatura no es una especialidad. Reducida a especialidad, cae en artificio. Debíamos meditar la vida del gran Goethe, atento a todo, abierto a todas las grandes corrientes del pensamiento humano, interesándose por la ciencia y la religión y la vida […]. La literatura, si ha de ser

[13] A noção de humanismo proposta pelos autores de *Re-pensando a teoria* se baseia fundamentalmente no «comprometimento em relação ao indivíduo humano e em relação a uma postura que assegurasse os valores e as condições que são coextensivos às vidas humanas individualmente» (*Op. cit.*, pág. 18).

algo grande, tiene que ser, no lo olvidemos, un trabajo de integración (Unamuno M. d., Ensayos (Tomo II), 1951, pág. 34).

Os atuais representantes dos chamados *Estudos Culturais*[14] —empreendimento teórico originado exatamente a partir do redimensionamento disciplinar possibilitado pelo desenvolvimento e pela revisão crítica de diversas perspectivas teóricas—talvez pudessem argumentar no sentido de que a busca por uma abordagem *integradora* e *interdisciplinar* é justamente uma das preocupações centrais da linha de investigação em que eles se inserem. Sem contestar a validez desse argumento, cabe aqui enfatizar que também os *Cultural Studies* muitas vezes repetem certos vícios dogmáticos já mencionados nestas páginas, principalmente os de tipo ideológico. Assim, a politização excessiva dos estudos literários, muitas vezes baseada em considerações completamente alheias ao entendimento da literatura como *fenômeno artístico*, é coisa bastante recorrente nesse tipo de investigação: basta com averiguar a quantidade de trabalhos acadêmicos desse viés que nem ao menos estabelecem qualquer relação com obras literárias concretas, pois se apoiam em critérios exclusivamente ideológicos para a escolha de seus temas —de preferência a defesa de causas *politicamente corretas*, progressistas e emancipacionistas.[15] A perspectiva dos Estudos Culturais, principalmente nos Estados Unidos,[16] portanto, segue a tendência teórica pós-estruturalista e pós-moderna de subsumir a crítica e a teoria literária em uma teoria geral do discurso a partir de uma relativização geral do cânone e da história da literatura. Paradoxalmente, a tradição literária passa a ser vista, assim, como *inimiga* dos estudos literários.

§ 5. Pluralismo crítico e renovação da tradição humanista

Gostaria de reiterar que o caminho para uma reavaliação e revalorização da tradição humanista nos estudos literários não passa necessariamente pela

[14] «Una tendencia que se presenta, en el contexto del posmodernismo, como alternativa a disciplinas académicas como la sociología, la antropología, las ciencias de la comunicación y la crítica literaria» (Reynoso, 2000, pág. 19).

[15] As preocupações dos Estudos Culturais, na opinião de Carlos Reynoso, são muito recorrentes e podem ser reduzidos a um número modesto de temas gerais: gênero e sexualidade (*gay*, *lesbian* ou *queer Studies*); identidade cultural e nacional, colonialismo e pós-colonialismo; raça e etnicidade; cultura popular; estética; discurso e textualidade; ecossistema e ecologia; tecnocultura; ciência; pedagogia; história e globalização (*Op. cit.*, pág.24).

[16] Na Inglaterra, os Estudos Culturais tiveram uma orientação diferente e, a meu ver, mais interessante, a partir das obras de Raymond Williams e Richard Hoggart.

rejeição precipitada e imponderada das diversas contribuições que as teorias literárias forneceram à prática crítica, e nem pela negação da importante renovação dos estudos literários que foi promovida através dos debates teóricos.[17] A tentativa de menosprezar outras tradições hermenêuticas, *per se*, já me parece um equívoco no âmbito das humanidades, porque cada perspectiva apresenta, invariavelmente, riquezas muitas vezes insuspeitas. As possíveis qualidades e defeitos das manifestações críticas e teóricas, portanto, não devem ser julgadas num plano abstrato, e muito menos avaliadas com base em critérios exclusivamente metodológicos: é necessário observar cada discurso crítico em sua singularidade, em sua proposta.

Parto do entendimento inicial de que quem orienta a função da crítica enquanto *gênero de comunicação social* são as mais diversas demandas sociais e pessoais relacionadas à literatura e à vida literária, e não, exclusivamente, preceptivas teóricas monistas, ou as pautas dos discursos ideológicos. Uma coisa é a abertura da reflexão literária a novas correntes de pensamento, e outra é assumir como panaceia qualquer nova teoria que se apresente como explicação do mundo, da realidade literária ou como nova bandeira ideológica, dizendo-nos quais devem ser os objetivos últimos da literatura e da crítica literária.

Assim, a partir de uma visão humanista, a crítica literária tampouco pode se resumir a um saber teórico e abstrato. Ela é muito mais relevante como parte de um diálogo cultural interminável e como forma —auxiliar da literatura—de enriquecimento e ampliação das experiências individuais de mundo. Um equívoco básico de alguns dos discursos teóricos mencionados neste estudo foi o de presumir que o objetivo primeiro da crítica é buscar a *verdadeira interpretação*, a *verdade última* sobre as obras. A estreiteza dessa concepção contaminou as teorias literárias com a ideia de que, com uma metodologia correta de análise literária —de pretensão *científica*—o problema da literatura estaria resolvido. A crítica, felizmente, ultrapassa em muito esse pontual objetivo. O problema central da crítica literária não é a busca de uma metodologia que garanta a descoberta de certezas e de verdades objetivas a respeito de textos literários; o trabalho do crítico relaciona-se, de forma mais essencial, com a busca de verdades intersubjetivas —moderadas, provisórias e negociadas dialogicamente: o desenvolvimento e a ampliação da imaginação literária não é uma questão de acumular resultados.

[17] Alguns autores, principalmente vinculados ao neopragmatismo filosófico, assumem abertamente essa posição antiteórica de forma radical. Um exemplo clássico dessa postura está no famoso artigo «Against theory», dos professores Steven Knapp e Walter Benn Michaels.

A crítica humanista é aquela que depreende da obra literária uma visão integral da cultura e, ao mesmo tempo, afirma, dentro do ambiente que a produz ou a influi, a singularidade do homem. Um Humanismo para nosso tempo começa pelo reconhecimento de que a cultura, a linguagem, a filosofia e, obviamente, a crítica literária são respostas às necessidades humanas, aos problemas da vida humana (do homem real, concreto e efetivo, e não o homem abstrato, idealizado); e parte também do reconhecimento da linguagem como âmbito primeiro para se conhecer este homem. A questão do uso *contingente* da palavra é, portanto, ponto essencial da reflexão humanista: é a primeira forma que o homem encontra para responder às suas carências; é o meio de expressar sua humanidade e sua visão particular de suas circunstâncias. Um crítico de orientação humanista, nos dias de hoje, é aquele que, por prudência e reconhecimento do caráter radicalmente contingente de sua atividade, recusa-se a adotar preceitos universais, disjunções absolutas, teorias totalizantes e qualquer forma de monismo metodológico.

Devemos partir do entendimento de que a literatura não tem um propósito fixo e imutável: ela participa do jogo social em que todos os propósitos estão em contínua redefinição. A crítica não deve ser nunca uma simples operação mecânica, uma mera aplicação de qualquer teoria que seja. Os métodos vão sendo modificados ou abandonados, as formulações individuais, boas ou más, são únicas e imprescindíveis para a verticalização e dinamização das discussões literárias. O bom crítico vai além da obra, pois ao relacionar a obra com o real ele abre o campo a possibilidades infinitas (e talvez mais instigantes) de análise, pois o real é mais complexo do que qualquer obra ou qualquer teoria. Um bom crítico é, enfim, um arguto e criativo intérprete do mundo.

A natureza contingente da crítica literária moderna se deve a sua origem como gênero jornalístico (Eagleton, 1999), que deve lidar com o efêmero, com o circunstancial. Enquanto o teórico almeja criar um vocabulário —ou simplesmente repetir um jargão criado por outros teóricos—que seria, em sua pretensão, eternamente aplicável a toda sorte de texto literário; o crítico, por outro lado, é obrigado a lidar *sisificamente* com o dinamismo próprio do desenvolvimento literário, com os conflitos entre a atualidade e a tradição herdada, com a própria reforma pessoal e com as transformações sociais, de valores e de vocabulário.

As teorias são construções intelectuais proveitosas e saudáveis quando se reconhecem como perspectivas possíveis de interpretação, mas podem se tornar ilusórias, falazes e autoritárias quando têm a pretensão de assumirem um lugar privilegiado de avaliação crítica, substituindo as outras perspectivas e negando a validez das demais manifestações da crítica literária.

A crítica, a partir de um ponto de vista humanista, não necessita apresentar certezas últimas, mas deve *propor valores*, ainda que saibamos que nunca chegaremos a um consenso universal sobre eles. E é em épocas de radical desorientação dos valores, como parece ser a nossa, que o papel do crítico adquire maior relevo. É hora, pois, de se repensar o humanismo a partir da aceitação da contingência e da precariedade inerente à condição humana.

REFERENCES

BARTHES, R. (1984). La muerte del autor. En *El susuro del lenguaje*. Barcelona: Paidós.

COMPAGNON, A. (1999). *O demônio da teoria*. Belo Horizonte: UFMG.

EAGLETON, T. (1999). *La función de la crítica*. Barcelona: Paidós.

EICHENBAUM, B. (1980). La teoría del método formal. En T. TODOROV, *Teoría de la literatura de los formalistas rusos*. Madrid: Siglo Veintiuno.

HILLIS MILLER, J. (1986). *The Ethics of Reading: Kant, de Man, Eliot, Trollope, James and Benjamin*. New York: Columbia Press.

MERQUIOR, J. G. (1975). *O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PIQUER, D. V. (2008). *Historia de la crítica literaria*. Barcelona: Ariel.

SELDEN, R. (. (2010). *Historia de la crítica literaria del siglo XX*. Madrid: Akal.

TODOROV, T. (. (1980). *Teoría de la literatura de los formalistas rusos*. Madrid: Siglo Veintiuno.

UNAMUNO, M. d. (1951). *Ensayos (Tomo II)*. Madrid: Aguilar.

NOTES ON CONTRIBUTOR

EDUARDO CESAR MAIA é professor do curso de Comunicação Social (CAA) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (Teoria da Literatura) da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é editor-chefe da Revista de Estudos Universitários da UFPE e colunista do Estado da Arte, suplemento de cultura, filosofia e artes do Jornal O Estado de S. Paulo. Doutor em Teoria da Literatura [≈ PhD] pela Universidade Federal de Pernambuco, com estágio doutoral na Universidad de Salamanca (Espanha), tendo desenvolvido tese, com o apoio da CAPES, a respeito da atualidade da tradição crítica humanista através das obras de José Ortega y Gasset e Álvaro Lins.

CONTACT INFORMATION

Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco, Av. Prof. Morães Rêgo 1235 Cidade Universitária, 50670-901 Recife/PE, Brasil. e-mail (✉): eduardocesarmaia@gmail.com · iD: https://orcid.org/0000-0002-2804-6030

HOW TO CITE THIS ARTICLE

Maia, Eduardo Cesar (2019). «Os limites da teoria diante da arte literária: uma perspectiva humanista». *Disputatio. Philosophical Research Bulletin* 8, no. 10: pp. 00–00.